

Entre o tradicional e o moderno, as dimensões de uma privacidade provisória

Ana Maria Mauad *

História da Vida Privada no Brasil, Companhia das Letras, vol. 3.

Lançado no primeiro semestre de 1998, o volume 3 da História da Vida Privada no Brasil, coleção editada pela Companhia das Letras, guarda o cuidado editorial dos dois volumes anteriores. A coordenação deste último volume ficou aos cuidados de Nicolau Sevcenko, que contou com a colaboração de sete outros autores paulistas.

A capa do livro na vitrine da livraria do shopping chama a atenção e cria expectativas. A fotografia que a ilustra mostra uma senhora de cabelos curtos, vestido de verão e adereços, sintonizando o rádio para a pose fotográfica. O *design* do rádio e do móvel no qual está apoiado, bem como o enfeite de porcelana em forma de caracol, reforçando com um toque o conjunto *kitsch* (evidenciado também pelo investimento gráfico na imagem), denotam que a cena se passa nos idos da década de 1940. Ao mesmo tempo, essa fotografia, através da associação rádio/pose para a fotografia/espaço doméstico/publicidade, cria a expectativa de que o tema central do volume seria a modernização dos espaços privados e a reformulação dos códigos de comportamento associados a uma nova lógica cultural capitalista.

No entanto, a primeira expectativa se frustra completamente, pois o tempo que se discute é, eminentemente o da *Belle Époque*. Já a segunda, mediada por oposições tais como: cidade e campo; tradição e modernidade; liberdade e escravidão; pobreza e riqueza, traz à tona as contradições de um país cujo passado insiste em bater à porta do presente, exigindo-lhe explicações.

A idéia de que nos primeiros vinte anos, o Brasil seria passado a limpo pela mão invisível da modernização, importada pela cultura ornamental, é recolocada pela necessidade de se pensar como o processo de expansão capitalista e a modernização da revolução técnico-científica, na segunda metade do século XIX, são recebidos por um Brasil contraditório e multifacetado, como indica Sevcenko na seguinte passagem: “o esforço desses trabalhos, portanto, é estabelecer uma percepção equilibrada do efeito

* Professora Adjunta do Departamento de História da UFF.

homogeneizador do enquadramento da sociedade e cultura brasileiras numa dinâmica global, ao mesmo tempo que ressaltar os muitos traços que singularizam a formação histórica do país” (p. 43).

Neste caso, a segunda expectativa foi felizmente superada. O caminho escolhido para esta superação tem endereço certo e nome reconhecido: foi na análise da história social de Sérgio Buarque de Hollanda que os autores buscaram sua inspiração, como confessa adiante o organizador do volume. Na homenagem ao reconhecido historiador e a seus discípulos, como a professora Maria Odila Leite da Silva, Sevckenko estabelece os parâmetros a partir dos quais operará com a noção de vida privada: “a ênfase nos textos que se seguem, conforme orientação geral da coleção, recai sobre o nexos que articula as dimensões da história da cultura, da história do cotidiano e da história da cultura material, como ângulo a partir do qual se procura penetrar no nível da vida privada e dos ritos da intimidade, tais como se manifestam na sociedade brasileira do período” (p. 43).

Tal estratégia, já implementada nos volumes anteriores, tem a vantagem de, sem cair nas querelas teóricas sobre privacidade/cotidiano/mentalidade, integrar o estudo no campo de uma história cultural de perspectiva mais holística. Uma abordagem que visa constituir a cotidianidade e a privacidade como dimensões sociais, onde espaço e tempo se coordenam na interpretação de vivências históricas. Implicando com isso, a elaboração de uma nova escrita da história, pautada na relação que os detalhes, os indícios e as individualidades estabelecem com os processos mais globais.¹

Do interior para o litoral, entre o rural e o urbano, os capítulos compõem uma narrativa centrada na idéia de uma privacidade provisória e precária. O primeiro capítulo de autoria de Maria Cristina Cortez Wissenbach, intitula-se *Da escravidão à liberdade: dimensões de uma privacidade possível*. O capítulo, bem orientado, pauta-se na idéia de infixidez, caracterizada na dinâmica de mobilidade dos homens livres e do intenso processo de miscigenação. Tais fenômenos reunidos presidiriam a constituição de uma privacidade peculiar, entendida muito mais como estratégia de sobrevivência do que como convívio íntimo.

O imperativo da sobrevivência permearia as distintas dimensões do cotidiano social, dos laços societários primários às expressões religiosas do dia-a-dia, engendrando, com isso, uma precariedade na elaboração das esferas íntima e privada, indo na contramão dos processos de aburguesamento das camadas dominantes/litorâneas da sociedade brasileira. Para a autora, devido à experiência da escravidão, a privacidade das camadas populares era, muitas vezes, improvisada no espaço do possível. Nos limites da relação entre o cativo e a liberdade as formas de organização coletivas e solidárias prevaleceram, fazendo com que, mais uma vez, o espaço social se sobrepusesse ao individual. O instigante texto por vezes perde o ritmo do interesse que suscita, ampliando demasiado o objeto de estudo, enfraquecendo o argumento tão bem colocado nas suas linhas finais.

1. Para um inventário de posições e possibilidades, acompanhado de um debate profícuo sobre o tema ver o dossiê sobre História da vida privada, publicado nos Anais do Museu Paulista, Nova Série, vol. 4, jan.-dez. 1996. Este dossiê contou com o artigo do historiador Ronaldo Vainfas, intitulado: “História da Vida Privada: dilemas, paradigmas, escalas”, comentado por: Celeste Zenha; Ciro Flamarion Cardoso; Francisco José C. Falcon; José de Souza Martins; Lana Lage da Gama Lima; Laura de Mello e Souza e Fernando Novais; Maria Fernanda Bicalho; Maria Lúcia Aparecida Montes; Sheila de Castro Faria; Silvia Regina Feraz Petersen.

O capítulo seguinte, *Habitação e vizinhança: limites da privacidade no surgimento das metrópoles brasileiras*, de Paulo César Garcez Marins, engloba o período que vai de fins do século XIX aos nossos dias. Trabalha com a idéia de que as transformações do espaço público se entrelaçam com as transformações do espaço privado, daí que, ao se transformar o espaço das cidades, transforma-se também os espaços domésticos e interiores. Mesmo estabelecendo este eixo como fio condutor, volta-se fundamentalmente para a análise do processo de urbanização das principais cidades brasileiras, a saber: Rio de Janeiro, São Paulo, Porto Alegre, Recife e Salvador, todas economicamente ativas no período e dotadas de portos ou, como no caso de São Paulo, bem próxima a um deles, o de Santos. Esse trabalho valoriza as especificidades de cada cidade dando algumas pistas, apesar de muito poucas, sobre como o espaço doméstico se transforma. Na mesma linha que o capítulo anterior, valoriza a vida das camadas mais pobres da população, apontando como estas elaboram estratégias de sobrevivência, para romper com modelos e práticas arbitrariamente impostos.

O autor desenvolve a idéia de que a política urbana segregacionista implementada pelos sucessivos governos republicanos se coaduna à demanda e investimento das classes dominantes em vizinhanças homogêneas. Uma das idéias suscitadas pelo texto, mas deixada de lado, foi a de se avaliar como a própria noção de vizinhança muda com a modificação do tamanho do lote urbano, com a vida em apartamentos e com a suburbanização de setores populares.

No entanto, apesar de enfatizar sobremaneira o processo de evolução urbana das cidades, deixando de lado a proposta de checar como o privado também se transformaria nesta dinâmica, o texto tem a grande vantagem de reunir um conjunto de questões trabalhadas por diferentes autores em trabalhos diversos e fragmentados.

Seguindo a linha da pobreza e da exclusão social, o capítulo 3, de autoria de Zuleika Alvim, debruça-se sobre a vida privada dos imigrantes pobres do campo. A marca de um comportamento tradicional pautou, segundo a autora, a constituição da dimensão privada da vida dos imigrantes pobres. Esses organizaram suas vidas no país de adoção, o Brasil, com base nos códigos de comportamento que norteavam a constituição de sua privacidade no país de origem. Enfatiza, tal como Maria Cristina, a relação entre esfera privada e a luta pela sobrevivência, evidenciando como a noção de trabalho é um poderoso elemento para definir a precariedade e a provisoriabilidade da esfera privada que se constitui no interior do Brasil, no momento pós-abolição. Para desenvolver este argumento a autora estrutura sua narrativa tomando como baliza as distintas etapas da experiência da imigração, fazendo uso de lembranças e comentários contidos em diferentes correspondências. O resultado é um texto bem articulado que consegue dar conta da variedade e multiplicidade das experiências cotidianas dos imigrantes de diferentes nacionalidades.

O capítulo 4 é uma espécie de baliza entre dois mundos, o do pobre, imigrante ou ex-escravo e do rico, burguês argentário ou herdeiro de brasões. Elias Thomé Saliba em *A dimensão cômica da vida privada na República*, toma para si a responsabilidade de analisar a dimensão cômica da representação do brasileiro, como tipo, através do humor. Ao longo do capítulo vai trabalhando com as diferentes imagens elaboradas da sociedade brasileira, buscando mostrar os limites tênues entre o público e o privado na República. Definindo nação como uma comunidade imaginária, o autor irá demonstrar como os signos da modernidade, a oposição entre o moderno e o antigo e as situações de crise

são representadas pelo filtro do humor através da paródia. Deslocamentos e inversões servem de expressão da própria dificuldade de se forjar uma identidade estável do brasileiro.

Em *Recônditos do mundo feminino*, Marina Maluf e Maria Lúcia Mott, introduzem no volume a questão de gênero. Iniciam o tratamento do problema apresentando as transformações do comportamento feminino em compasso com as transformações da cidade. A mulher que se forja neste contexto é aquela que se liberta dos espartilhos, assume novos comportamentos ditos mundanos, ligados a uma sociabilidade urbana e moderna. Esta imagem/monumento feminino, forjada na época pelas revistas femininas ilustradas e semanais, é discutida pelas autoras do lado de dentro da casa, no recôndito do lar. Nesse âmbito o padrão de comportamento burguês, disseminado hegemonicamente para o conjunto da sociedade, ratifica o código que estabelece papéis sociais definidos para o homem e para a mulher. O homem na condição de provedor e a mulher na de mantenedora da ordem doméstica. Do contexto mais geral, as autoras partem para a historicização do recôndito, definem a pedagogia do casamento chegando ao decálogo da dona de casa, indicando vez ou outra que as diferenças sociais marcaram as práticas e representações ligadas à esfera doméstica republicana. Os assuntos mais íntimos são tratados com delicadeza e a iconografia do capítulo é primorosa nos detalhes que desvendam hábitos tão distintos de hoje.

O universo burguês é o objeto de estudo do capítulo 6, de autoria de Nelson Schapochnick, intitulado *Cartões postais, álbuns de família e ícones da intimidade*. O capítulo compõe-se de três partes cuja conexão fica a critério do leitor. Uma obra aberta? Pode ser. O fato é que se no primeiro momento viajamos sem sair de casa, como o turista imaginário de Mário de Andrade, já no segundo dimensionamos o tempo da narrativa dos álbuns de família através dos ritos de passagem e retalhos do cotidiano, para chegarmos ao terceiro movimento, uma epifania da privacidade. Essa descrita através de seus espaços. A geografia da casa e seu sistema de objetos compõe a topografia da intimidade, uma alusão clara à lógica de Bachelard. A casa e seus recônditos, sua função simbólica e prática é avaliada com o cuidado de um *voyer*, o detalhe impregna o texto como suporte do objeto que narra. Fica a sensação, talvez por força do hábito, de que se a imagem fosse utilizada também como mensagem, além de relíquia, a possibilidade de uma leitura intertextual seria maior. Por outro lado, vale ressaltar que a abundância de objetos do universo descrito neste capítulo é um excelente contraponto à escassez e penúria descritas no capítulo primeiro.

O texto final, de caráter mais conclusivo, é de autoria também de Nicolau Sevcenko. O título *A capital irradiante: técnica, ritmos e ritos do Rio*, já indica por onde a viagem da modernidade vai nos levar. Os condutores, Machado de Assis e João do Rio, dividem esta função com outros escritores. Mais uma vez Sevcenko toma a literatura como missão histórica. Através das crônicas e poesias, Sevcenko nos instiga a imaginar como o homem contemporâneo e a sua própria privacidade são perpetrados por rituais de modernidade. Rituais esses engendrados por um processo de modernização técnica e estética, cujo comportamento predominante é resultante da indefinição e, mais uma vez, da precariedade e provisoriabilidade das esferas públicas e privadas. Historicamente os processos de modernização serviram para forjar uma individualidade múltipla, fetichizada, coletiva, aparelhada, mediatizada e alienada, ou como queria João do Rio, completamente *tremedal*.

Mobilidade, infixidez, indefinição, precariedade e deslocamento foram conceitos utilizados por todos os autores em diferentes momentos para tentar definir a especificidade da privacidade que se forja no Brasil de fins do século XIX até meados da década de 1920. Todos conceitos ligados à impossibilidade de se estabelecer uma diferenciação clara entre o público e o privado no contexto de um Brasil que adentra uma nova lógica cultural.

No entanto, todas estas noções tomam como pressuposto a existência de um padrão que, se não encontrado, cria uma situação provisória, difícil de conceituar. Talvez por que ainda tenhamos em mente a distinção clássica entre público e privado estabelecida por Habermas.² Porém, esse autor, na introdução de seu trabalho, chama a atenção para a especificidade histórica de tais esferas, estritamente associadas a trajetória das sociedades sobre as quais se debruçou.

Enfatizar a noção de provisoriedade para caracterizar o processo de transformações culturais pelas quais o Brasil estava passando e como estas mesmas transformações mudaram a lógica das relações cotidianas e espaços de convívio e intimidade, fica muito aquém das possibilidades e riqueza conceitual que o binômio tradição/modernidade pode oferecer.

Portanto, se a sociedade tradicional pautada em códigos onde o domínio da família extensa e patriarcal não abria espaço para as individualidades, o período da virada de século convive com todo um processo de invenção de tradições e redefinição de lugares de memória que o movimento modernista teve a capacidade de vislumbrar.

Para concluir vale ressaltar que o cuidado com o texto iconográfico, desde a sua impressão até o tratamento da legenda, denota a preocupação em relacionar palavras e imagens, de modo a possibilitar que ambas as formas expressivas mantenham sua autonomia de significação.

2. J. Habermas, Mudança estrutural na esfera pública,